

**49ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural**  
**realizada em 11 de dezembro de 2019**  
**Casa de Oliveira Lima**

1ª CHAMADA		14h30	
2ª CHAMADA		15h30	
FINAL		19h	
Conselheiro(a)s Sociedade Civil	Titulares	Andala Pereira (Zona da Mata), Altair Leal (Cultura Popular de Matriz Ibérica), Augusto Ferrer (Arquitetura e Urbanismo), Adélia Collier (Design e Moda), Jocimar Gonçalves (Movimentos Sociais), Guilherme Laureano Coelho de Moura (Música), Maria do Livramento Aguiar (Artesanato), Paula de Renor (Teatro), Tereza Luiza de França (Cultura Popular de Matriz Africana) e Williams Wilson de Santana (Circo)	
	Suplentes	Ana Lúcia Silva (Gastronomia), Justino Passos (Audiovisual) e Nivaldo Jorge da Silva – Artesanato	
Conselheiro(a)s Poder Público	Titulares	Maria Amalia Câmera (Universidade de Pernambuco)	
	Suplentes	Chistiana Albuquerque (Secretaria da Mulher), Severino Pessoa (Fundação do Patrimônio, Histórico e Artístico de Pernambuco) e Silvana Meireles (Secretaria de Cultura)	
Composição de mesa		Tereza França Silvana Meireles	
Pauta		Votações	Encaminhamentos
1. Informes			1. Tratar da eleição dos novos conselheiros na próxima reunião 2. Andamento do Plano Estadual de Cultura 3. Leitura de atas pelos conselheiros para saber das deliberações não cumpridas 4. Publicização dos desembolsos do Funcultura 5. No resultado, do edital do Funcultura Música, haja resumos dos projetos
2. Andamento das Comissões			
3. Documentos Recebidos e Enviados			
4. Edital do Audiovisual			
5. Esclarecimentos sobre os constantes atrasos de pagamentos do Funcultura			
6. Esclarecimentos sobre: Edital de Intercâmbio Cultural e Programa Estadual de Formação Cultural		Pauta para próxima reunião	
7. Regulamentação do Mecenato		Pauta para próxima reunião responsável em viagem oficial	
8. Apresentação do Calendário de Editais de 2020 da Secult e Fundarpe			
1.Informes			
	<p><b>Justino Passos</b> pediu para Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC ter mais informações de quem é o órgão responsável pelo Nascedouro de Peixinhos porque descobriu que até lava jatos tem no local. Colocou como lamentável estar daquela forma um equipamento cultural e gostaria que o CEPC tomasse providências.</p> <p><b>Teresa França</b> informou que trouxe para arquivo, na Casa de Oliveira Lima, todo material que tinha do CEPC para ter uma memória. Outro informe é sobre a carta aberta em apoio a conselheira, Beth de Oxum, que já havia sido encaminhada, no grupo de whatapps do Conselho, para coleta de assinatura.</p> <p><b>Jocimar Gonçalves</b> esclareceu que a carta de apoio a conselheira, Beth de Oxum, deverá ser lida e aprovada pelos conselheiros e assim será a carta do CEPC.</p> <p><b>Teresa França</b> se posicionou que esse apoio a conselheira, Beth de Oxum, não é apenas uma briga política pontual é uma defesa a uma representação das mulheres de terreiro. Concordou que para carta ser do CEPC deve ser aprovada nessa plenária em reunião ordinária.</p> <p><b>Maria do Livramento Aguiar</b> reforçou que o CEPC tem que apoiar os conselheiros</p>		

	<p>individualmente como apoio a conselheira, Beth de Oxum, que esta na mira. No mês passado, a Vice-Presidente, Christiana Albuquerque, participou de rodas de diálogos de mulheres na cultura, na Casa de Oliveira Lima, também teve o Seminário de Mulheres Defensoras de Direitos Humanos na Universidade Católica. Não se pode esquecer o nosso lugar de mulher e muitas estão na mira como o caso da conselheira, Beth de Oxum. O CEPC deve fazer a defesa da conselheira mesmo sabendo que alguns conselheiros preferem se omitir. É bom os conselheiros se informarem do que se trata e se posicionarem e assinarem a carta de apoio a conselheira é uma obrigação quanto conselheiro do CEPC. Retomando aos encontros que foram feitos como a roda dialogo de mulheres na cultura e Seminário para mulheres que defendem direitos humanos tiveram o apoio da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres - ONU Mulher e será produzido após outros debates uma publicação no próximo ano. Trouxe alguns livros para distribuição entre os conselheiros porque informação é a nossa melhor arma defesa. Por fim, há uma ação da feirinha no bairro da Torre e gostaria de fazer um convite para irem até lá no dia 14/12/19, 10h às 20h. Essa é uma ação de ocupação de espaço público com a priorização de pautas prioritárias como meio ambiente e essa semana fizemos coleta de banner para transformar em eco-bolsa.</p> <p><b>Jocimar Gonçalves</b> informou que na próxima quarta-feira terá atividade, no sítio de Pai Adão, já que ocorreu um incêndio. Será uma ação política que contará com participações dos movimentos de terreiros e pediu para os conselheiros que tiverem disponibilidade, forem.</p> <p><b>Maria Amélia Câmara</b> colocou a Universidade de Pernambuco estar em processo de elaboração de uma resolução para conceder título de notório saber para pessoas que são símbolo da cultura do Estado de Pernambuco. Esse título de mestre será para sua respectiva área de saber é um passo importante para reconhecimento dessas representatividades e deverá está aprovada em fevereiro de 2020.</p>
<b>2. Andamento das Comissões</b>	
	<p><b>Jocimar Gonçalves</b> comunicou que foi criado junto com Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – CEPPC a Comissão Mista para criação do Fórum Estadual de Conselho de Preservação e Políticas Culturais de Pernambuco já estão ocorrendo as reuniões para planejamento do Fórum e será elaborado um documento que irá reger esse Fórum, será encaminhado antes para Secretaria Estadual de Cultura especificamente para setor jurídico para termos alguns esclarecimentos. Esse documentos após essa consulta deverá ser aprovado pelos dois conselhos Conselho Estadual de Política Cultural e Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural.</p>
<b>3. Documentos Recebidos e Enviados</b>	
	<p><b>Jocimar Gonçalves</b> informou que chegou uma solicitação ao CEPC da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - AD Diper para indicação de três conselheiros, sendo 2 para representação da questão do Programa do Artesanato Brasileiro – PAB e um para composição do grupo de trabalho que irá cuidar da praça de alimentação ambas as indicações trabalharam na Feira Internacional de Artesanato de Pernambuco – Fenearte. Vou colocar para plenária votar as indicações dos conselheiros de artesanato, Maria do Livramento Aguiar e Nivaldo Jorge da Silva, e gastronomia, Masayoshi Matsumoto e Ana Lúcia Mendes da Silva, para aprovação. O prazo para indicações foi até dia 06/12/2020 mas já foi tratado com AD Diper para as indicações do CEPC serem encaminhadas amanhã. Esses conselheiros passarão por uma capacitação de dois turnos e os dias serão repassados em breve. Porém há um impasse já que a conselheira de desing e moda, sendo também artesã e se colocou à disposição para representação referente ao PAB.</p> <p><b>Maria do Livramento Aguiar</b> relembrou que em solicitações anteriores a indicação foi pelo conselheiro do segmento que fosse foco da atividade e nesse caso foi artesanato. Na solicitação anterior foi para segmento de moda e o CEPC indicou a conselheira design e moda.</p> <p><b>Teresa França</b> reforçou que esse debate já foi feito no CEPC e a decisão tomada é caso o conselheiro da linguagem da solicitação não tenha disponibilidade, este fará uma indicação.</p> <p><b>Adélia Collier</b> fez a sua defesa que não é conselheira do segmento de artesanato mas trabalha como artesã inclusive com carteira de artesã. Hoje várias Instituições como Sebrae trabalham design/moda com artesanato na área de economia criativa e seu intuito é contribuir com processo já que o trabalho na Fenearte é muito amplo e tem inúmeras linguagens.</p> <p><b>Nivaldo Jorge</b> ressaltou que fez uma defesa junto a AD Diper para inclusão de representações do CEPC na composição de curadoria da Fenearte e há uma reivindicação antiga do segmento de artesanato para que se tivessem mais artesãos na composição da curadoria. Retornou ao debate que já consta em ata anteriores que quando a solicitação dor de representante da linguagem fosse direcionado ao conselheiro do segmento e na sua impossibilidade fosse dado a</p>

	<p>opção de indicação de outra representação da sua área.</p> <p><b>Jocimar Gonçalves</b> esclareceu que nenhum momento a diretora, tentou burlar as decisões já tomadas mas que cada caso deve ser trazido a plenária para as decisões. Quando a conselheira de design e moda pediu para concorrer a uma dessas duas vagas do CEPC para Fenearte, ela também é conselheira. Tinha também a possibilidade do Conselheiro, Nivaldo Jorge, ser indicado pelo sindicato de artesões que depois não ocorreu e assim ficou a decisão ser tomada na plenária. Após escutá-los e em respeito ao que já foi deliberado anteriormente as duas representação para PAB serão para os conselheiros do segmento de artesanato porém estes podem ter suplentes na impossibilidade deles. A indicação são de 2 titulares e dois suplentes e foram indicados como suplentes Adélia Collier e Jocimar Gonçalves após consulta a plenária. Por fim, terá uma consulta pública sobre audiodescrição na cultura realizada pelo Ministério Público Estadual e avisarei dia, hora e local.</p>
<b>4. Edital do Audiovisual</b>	
	<p><b>Luciana Poncioni</b>, Coordenadora de Audiovisual da Secretaria Estadual de Cultura, perguntou quais as informações que o CEPC precisa em relação ao edital do Funcultura Audiovisual para que possa iniciar sua apresentação de forma produtora.</p> <p><b>Jocimar Gonçalves</b> colocou que foi um pedido do conselheiro do segmento de audiovisual, Justino Passos, para compreender o problema entre Ancine e o repasse de recursos para Funcultura.</p> <p><b>Paula de Renor</b> falou que foi surpreendida ao ver na televisão o movimento de cinema já que não tinha sido liberado a integralização dos recursos e por isso toda a cadeia produtiva do audiovisual seria prejudicada. A sua vinda é para compreensão do CEPC dessa problemática e assim podemos nos posicionar.</p> <p><b>Justino Passos</b> esclareceu que não a solicitação na pauta desse assunto, não foi feita por ele.</p> <p><b>Williams Santana</b> complementou que foi uma solicitação feita por mim mesmo não sendo conselheiro do segmento do audiovisual e sim de circo, porém estou como conselheiro estadual de política cultural e precisamos como conselheiros entender o impacto que gerou, na cadeia produtiva de audiovisual, esse 1 ano sem edital do Funcultura Audiovisual.</p> <p><b>Luciana Poncioni</b> começou a esclarecer que o edital do Funcultura Audiovisual estava com indefinição por parte da Agência Nacional de Cinema - Ancine de 15 milhões para Estado de Pernambuco. O Conselho Consultivo do Audiovisual e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe que tem como um dos seus setores Funcultura discutiram até quando seria aguardado definição quanto ao repasse de recursos pela Ancine. Todas as deliberações foram feitas em concordância com Conselho Consultivo do Audiovisual. O Governo Estadual se posicionou para integralizar uma parte do edital do Funcultura Audiovisual para Ancine. Hoje Ancine está com seu colegiado desmontado o que dificulta os retornos. A nossa pauta é para integralizar uma parte do edital para Ancine liberar os 15 milhões para Pernambuco e isso não teve prosseguimento devido o colegiado da Ancine não está formado. Não abrimos mão dos 15 milhões e essa proposta está na Ancine para análise. Em consenso com Conselho Consultivo do Audiovisual, em virtude de tanto tempo, sem o edital ser lançado foi feito uma proposta de criação de grupo de trabalho que foi acatado para tratar de lançar os editais 2018/2019 e 2019/2020. O grupo de trabalho começou a estudar a nova configuração dos valores das categorias e será lançado em breve dois editais do Funcultura Audiovisual cada um no valor de 9 milhões e 280 mil que é a parte que cabe ao governo estadual em cada edital. Um edital será produtos de televisão e longa metragem e outro para as demais categorias essas contribuições serão analisadas pela Comissão Deliberativa do Funcultura.</p> <p><b>Caio Dornelles</b> integrante do grupo de trabalho e representação da sociedade civil, no Conselho Consultivo do Audiovisual, falou que foi elaborado dois editais com recurso do governo estadual. Nesses editais tiveram ganhos históricos como prever maior participação de negros, mulheres e produtores do interior. O Conselho Consultivo do Audiovisual compreendeu que será feito um aporte de recursos na cadeia produtiva com a chegada desses 18 milhões.</p>
<b>5. Esclarecimentos sobre os constantes atrasos de pagamentos do Funcultura</b>	
	<p><b>Aline Oliveira</b>, Superintendente do Funcultura, colocou que esse assunto já foi abordado numa reunião de apresentação como Superintendente do Funcultura e naquele momento tinha um acúmulo de pagamentos já que houve uma alteração, na forma de encaminhamento das prestações de contas, mas hoje está normalizado os pagamentos pode ter sim problemas pontuais com alguns projetos. Esses problemas podem ser inúmeros como falta de assinaturas nos termos de compromissos, fiscais e como a Fundarpe está a finalizar o exercício financeiro tem a questão das liquidações das despesas. O Funcultura fez várias solicitações por e-mail aos produtores que têm projetos em execução e tenham cronograma de desembolso previstos para</p>

final de dezembro e início de janeiro/2020, façam suas prestações de contas para liquidação da próxima parcela. Isso é uma determinação da Controladoria Geral do Estado e demais leis fiscais porque a liquidação somente é feita se tiver comprovação do fornecimento do bem que não é o caso ou da prestação de contas. Por conta dessa questão fiscal alguns projetos estão tendo os empenhos anulados e quando entrega a prestação de contas é feito o empenho para se possível já pagar. Ressaltou que atualmente não há problemas nos pagamentos e teremos que ver pontualmente cada problema apresentado e há situações também que o produtor desconhece sua situação junto ao Funcultura. Quem não fizer a prestação de contas agora só receberá a partir de fevereiro/2020 por conta do fechamento do exercício fiscal, reforçou que não há problema de dinheiro no Funcultura tanto que estamos a convocar os proponentes para prestarem contas e podemos efetuar os pagamentos.

**Severino Pessoa** retornou ao assunto do atraso do edital do Funcultura Audiovisual sempre foi discutido essa situação com Conselho Consultivo do Audiovisual. A Fundarpe fez de tudo para liberação dos recursos junto Ancine inclusive foi feita a contratação, Paulo Alcoforado, para elaboração de um recurso para Ancine. Todos os cumprimentos de exigências solicitados pela Ancine, foram cumpridas nos prazos estabelecidos mesmo assim há esse impasse. Por fim, no próximo ano, se terá dois editais do Funcultura Audiovisual.

**Teresa França** compreendeu que o Funcultura não tem débitos e sim casos específicos que estão atrelados às pendências dos próprios proponentes tendo como referência essa informação como é publicizado as pendências?

**Aline Oliveira** justificou inicialmente que gostaria de ter tido tempo hábil pra trazer números. Nos últimos 20 dias, já foi divulgado dois resultados do edital Funcultura Geral e Música, além do preliminar do edital microproyectos que sairá amanhã, mais a elaboração de 5 editais que serão lançados até o dia 20/12/2019. Em relação a situação de inadimplência dos produtores é uma informação que se for tornada pública pode ocasionar algum constrangimento e a providência para produtor tomar conhecimento da sua situação de pendência é algo garantido, na Constituição Federal, ampla defesa em todas as fases do processo são através de notificações tanto via e-mail ou via AR. Este último meio de comunicação temos tido problema devido as mudanças de endereço sem a comunicação ao setor de atendimento do Funcultura e por fim fazemos ligações.

**Paula de Renor** colocou que também é produtora cultural e ficou satisfeita com o envio da súmula que consta nota e justificativa de pontuação. Além da possibilidade de ingressar com recursos das notas via e-mail. Informou que o Seminário do Funcultura teve um grande esforço do CEPC e parecia que as contribuições já seriam incorporadas no próximo edital e até algumas linguagens avançaram como circo e música. A sensação que após o Seminário do Funcultura ter ocorrido não avançamos como aguardado. Por fim, gostaria de saber que mudanças se terá no Funcultura? Essa história do edital do Funcultura Audiovisual 2017/2018, 50% da Ancine se sabe que o dinheiro existe somente irar demora.

**Aline Oliveira** respondeu que os projetos do Funcultura Audiovisual 2017/2018 que tem incentivo da Ancine. Estamos a tratar com Ancine para liberação desses recursos. O ponto é que Ancine criou refúgios para não cumprir a obrigação que cabe a ela. No edital de 2017/2018, o termo de complementação foi assinado estabelecendo uma contrapartida máxima de 7 milhões e 500 mil reais que corresponde a ½ do que Ancine coloca de recurso. Os produtores estariam aptos a receber quando a Fundarpe cumprisse 50% (3 milhões e 750 mil reais). Após ser designada como Superintendente do Funcultura convoquei os produtores de audiovisuais para prestar contas para pagar e atingir (3 milhões e 750 mil reais) e acreditávamos que o não repasse do dinheiro da Ancine seria por não termos atingidos essa meta. Quando atingimos, imediatamente, comunicamos Ancine com as devidas comprovações bancárias gerada pelo sistema e-fisco com as assinaturas do Presidente da Fundarpe e a minha. O argumento agora apresentado pela Ancine foi que deveríamos ter pago 7 milhões e 500 mil reais porém esse não é o valor que consta em edital. Quanto ao Seminário do Funcultura gerou inúmeras informações que foram sistematizadas numa planilha de excel e nos editais já têm algumas contribuições dessas coletas de informações.

**Paula de Renor** propõe que haja outras escutas para os avanços nos editais do Funcultura.

**Aline Oliveira** sugeriu que devia-se pegar o calendário dos cinco editais do Funcultura e o CEPC se articular para elaborar propostas.

**Guilherme Moura** falou que já tem 4 meses que o Seminário do Funcultura foi feito e serviu para algumas linguagens conhecerem as suas comissões setoriais mas o segmento de música não teve avanço. Quando terminou o Seminário, não temos uma devolutiva das contribuições propostas. Para minha surpresa hoje foi anunciado do edital do Funcultura música, também fui parecerista desse edital e propus que os projetos saíssem com os resumos para sociedade civil saber do que se trata o projeto como já ocorreu em 2015. Propõe também que seja feito

	<p>relatório mensal de desembolso dos pagamentos dos editais do Funcultura. Já passei muito tempo, no portal da transparência, para acompanhar o desembolso. Pediu também que o edital do Funcultura Música antes de sair fosse tratado com a comissão setorial e o CEPC.</p> <p><b>Aline Oliveira</b> falei do constrangimento se fosse feito uma relação nominal da situação dos proponentes e não nos negamos a fornecer informações do Funcultura. Quanto as sugestões propostas pelo conselheiro, Guilherme Moura, no julgamento do edital do Funcultura Música foram debatidos pela equipe do Funcultura. Tivemos alguns saldos positivos entregamos os resultados em tempo hábil, implantamos a ferramenta da mala direta para os produtores receberam, no mesmo dia, as informações sobre os seus projetos e abertura para os pedidos de súmulas, além de antecipação de resultado como edital do Funcultura Música. Podemos construir outras ferramentas para melhorar os editais do Funcultura.</p> <p><b>Severino Pessoa</b> pediu para que, na próxima reunião ordinária, fosse tratado do processo eletivo do CEPC e informou que a comissão eleitoral é designada pela Secretaria de Cultura já que é responsabilidade da gestão. Uma novidade que já foi posta em prática, na eleição do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, é não ter mais as plenária final, o segmento elege direto o titular e o suplente.</p> <p><b>Jocimar Gonçalves</b> gostaria que as deliberações propostas pelo CEPC sejam cumpridas pela Secult e Fundarpe e esse deve ser o motivo do esvaziamento dessas reuniões ordinárias. Solicitou que cada conselheiro ficasse responsável por ler duas atas para anotamos quais deliberações e quais foram cumpridas.</p> <p><b>Paula de Renor</b> expõe que tem 4 anos como conselheira e o foco do CEPC é no funcultura porque quando esse esta bem a sociedade civil sente que o Conselho é atuante. Também colocou que o valor pago aos pareceristas considera baixo.</p> <p><b>Aline Oliveira</b> respondeu que foi feito uma pesquisa quanto ao valor pago aos pareceristas em outro locais, há pagamentos inferiores.</p> <p><b>Paula de Renor</b> que há vários fatores para que eu considere o valor pago baixo porque uma coisa é receber projetos em casa para ser avaliados e outro é ficar enclausurado no hotel avaliar. Colocou que precisa ter uma discussão contínua com CEPC já que temos uma composição ampla e seria bom participamos do processo. Sou proponente e determinados assuntos não poderei tomar conhecimento porém poderei das indicações de pessoas que contribuam no debate. Outro assunto da pauta que é da lei de mecenato seria bom o CEPC participar dessa construção. Voltando ao assunto do Funcultura a minha proposta que seja feito um calendário e ter uma pessoa que faça a ponte entre o CEPC e os técnicos do Funcultura.</p> <p><b>Guilherme Moura</b> ressaltou que há um problema de comunicação, não há uma rede de cultura forte e a nossa própria comunicação é frágil. Mais uma vez colocou que seria bom que houvesse um resumo do que se trata cada projeto e ser publicizados os valores de desembolsos pagos. Outro debate é a forma de ingresso de membros na Comissão Deliberativa do Funcultura.</p> <p><b>Teresa França</b> perguntou se os indicados pelo CEPC para compor a Comissão Deliberativa do Funcultura já tomaram posse?</p> <p><b>Aline Oliveira</b> respondeu que a primeira indicação do CEPC chegou o nome apenas do titular e a legislação disciplina que o assento seja de titular e suplente, já foi encaminhado os dois nomes e estes tomarão posse em janeiro/2020 juntos com os outros novos membros. Quanto o ingresso, na Comissão Deliberativa do Funcultura, está disciplinado em lei. Em relação ao resumo de cada projeto não foi feito porque houve um curto espaço de tempo entre análise e o resultado. Por fim, a publicização dos desembolsos do Funcultura é possível de fazer.</p> <p><b>Jocimar Gonçalves</b> pediu quando fosse publicizado os pagamentos do Funcultura, constasse que essa proposta foi feita pelo CEPC.</p>
<p><b>6. Esclarecimentos sobre: Edital de Intercâmbio Cultural e Programa Estadual de Formação Cultural</b></p>	
	<p><b>Jocimar Gonçalves</b> informou que a gerente de formação encontra-se doente mas comunicou que está em andamento o Programa Estadual de Formação Cultural.</p> <p><b>Williams Santana</b> expõe que esse programa deve ter como diretriz articulação com todos espaços de formação. Foi formado um grupo de trabalho para tratar do Programa Estadual de Formação Cultural e na gerência consta essas informações.</p> <p><b>Jocimar Gonçalves</b> propõe ser colocado como ponto de pauta da próxima reunião.</p>

	<p><b>Nilvaldo Jorge</b> completou que é importante a secretaria estadual de Cultura ter um corpo efetivo para manter a memória.</p> <p><b>Williams Santana</b> sugeriu que, na pauta da Comissão de Acompanhamento de edital, criar uma estratégia para acompanhar e interferir no Funcultura.</p> <p><b>Jocimar Gonçalves</b> reforçou que os conselheiros têm que compreenderem seus papéis por isso procurar as escolas do Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado.</p> <p><b>Guilherme Moura</b> refletiu que para os novos conselheiros tenham uma ideia do acumulado de informações é necessário construir propostas para entregá-los e pensar como será essa transição.</p>
<b>Apresentação do Calendário de Editais de 2020 da Secult</b>	
	<p><b>Diego Santos</b>, Gerente de Política Cultural da Secretaria Estadual de Cultura, começou informando que apresentação do calendário será feita por ele já que a maioria dos editais passam pela gerência. Esta formula os editais ou é consultada exceto quando assunto é patrimônio por ter setor competente. Foi solicitado uma apresentação do calendário dos editais de 2020 oportunizando inserir também os editais que serão lançados em dezembro/2019.</p> <p><b>Andala Pereira</b> perguntou porque não consta edital do ciclo natalino? Colocou que os grupos que não tiverem patrimônios vivos e ficarão sem edital do ciclo natalino serão prejudicados</p> <p><b>Diego Santos</b> explicou que para natal de 2019 será feito uma experiência que caso seja exitosa, será repetida foi pensada para ser uma política de salvaguarda. Foi elaborada pela equipe de cultura popular e a equipe de patrimônio imaterial a partir dos patrimônios vivos para fazer um trabalho específicos nas localidades para salvaguardar essas manifestações. Terá na programação resisado, pastorial, cavalo-marinho, mamulengo e outros. Falou que há um esforço de incluir e não é exclusiva para os patrimônios vivos. A concepção é que os patrimônios vivos receberam em suas localidades, as manifestações relacionadas aos ciclo natalino.</p> <p><b>Guilherme Moura</b> perguntou qual a garantia d o calendário ser cumprido?</p> <p><b>Diego Santos</b> respondeu que a Secretaria de Cultura começou a utilizar Sistema Eletrônico de Informações – SEI, não foi feito isso antes pela dificuldade que o setor cultural tem de trabalhar com virtual. Há um processo de informatização interna e externa que demanda tempo e ocasionou atrasos no que estavam previstos porém tudo está sendo cumprido.</p> <p><b>Williams Santana</b> informou que o Prêmio Pernalonga utilizou o mapa cultural e agora será Prêmio Palhaço Cascudo todos com a participação dos circenses que apesar das dificuldades estão se apropriando dessa ferramenta virtual. Se o SEI retira o mapa cultural? Por fim é importante exigir que o cavalo marinho entre, nos editais dos ciclos, por ser uma manifestação transversal.</p> <p><b>Diego Santos</b> encerrou com a seguinte resposta que o SEI tem um papel que seria o protolo de entrega e o mapa cultural tem outro papel mas um não exclui o outro.</p>